

DECISÃO E REALIDADE¹

Luiz Carlos Cassano Jr.

Analista Judiciário - Setor de Comportamento Organizacional (Secog/SRH)

RESUMO

Define um conceito de decisão, defende a necessidade de uma atitude crítica e vigilante para garantir decisões de boa qualidade. Propõe-se desenvolver esta atitude pela consciência das limitações da percepção e do pensamento como meio de conhecimento da realidade. Propõe uma aplicação destas reflexões à decisão do juiz por meio de um conto e termina com sugestões de práticas concretas para garantir a qualidade das decisões.

PALAVRAS-CHAVE

Percepção. Pensamento. Competência. Atitude. Decisão jurídica.

SUMÁRIO

1 Introdução 2 Competência para decidir 3 Realidade e Incerteza 4 Percepção
5 Realidade como estrutura aberta 6 Percepção e decisão 7 Racionalidade
8 Experimento 9 Pensamento e realidade 10 Diálogo com a realidade 11 O Juiz
12 Conclusão 13 Bibliografia

1 Introdução

Toda decisão se dá diante de uma situação concreta que a impõe. Há, necessariamente, um contexto que exige do sujeito um posicionamento perante diferentes possibilidades de ação. Em grande parte, esse posicionamento ocorre automaticamente, sem reflexão ou julgamento; nesses casos, não se pode ainda falar de “decisão”. O conceito requer uma pausa, uma “parada” diante do fluxo de acontecimentos, um distanciamento crítico e reflexivo que põe à mostra um ponto de indefinição, um “trevo” no movimento da existência, que formula, desta forma, uma pergunta ao sujeito: para onde prosseguir? Quando não há dúvida, não há a pergunta, o questionamento; então também não há decisão: tudo se passa como se a resposta já fosse dada de antemão. Esse movimento automático é, pois, ou a negação da decisão ou a repetição de uma decisão anterior em situação semelhante.

¹ Artigo recebido em 18/4/2008 e aprovado pelo Conselho Editorial em 18/6/2008.

Quando dirigimos a atenção ao nosso comportamento automático e percebemos como ele se passa, podemos transformar o automatismo novamente em reflexão e decisão. O leitor pode, por exemplo, dirigir sua atenção ao movimento dos seus olhos ou à sua respiração e perceber que poderia agir diferente do que costuma quando não pensa nesses comportamentos. Surge então uma questão pequena, sem dramaticidade, mas que exige uma decisão: como mover os olhos ou como respirar? Seu organismo, em regra geral, “decide” isso sem sua percepção ou pensamento intervir. Ele já “sabe” o que fazer, e o faz automaticamente.

De certa maneira, esse automatismo é o ponto culminante de um processo de aprendizagem. Quando se aprende a andar de bicicleta, é preciso perceber cada movimento e sentir o medo da queda, a incerteza que acompanha cada pequeno risco. Há, ali, numa pedalada a mais, a decisão de arriscar-se, de querer ir, ou a consciência de pender o corpo à direita ou à esquerda, e a noção constante do equilíbrio e da sua fragilidade. Ora, toda a riqueza dessa experiência única fica oculta quando seu corpo adquiriu a destreza de manter o equilíbrio em movimento, prescindindo, desde então, da percepção e do pensamento. A atenção do ciclista pode voltar-se para o rumo que quer tomar, se vai passear ou à padaria, se vai correr ou demorar-se. Seu campo de decisão muda dos movimentos sutis do corpo para o movimento global dessa nova realidade, o corpo-bicicleta, que ele tem agora sob o comando das suas decisões.

Por outro lado, muitas vezes aprender é justamente romper o automatismo, porque os comportamentos automáticos são também padronizados, cristalizados; e, diante de novas situações, tornam-se obstáculos para o desenvolvimento de novos comportamentos. Então, aprender requer o movimento inverso àquele: não mais passar da atenção reflexiva para a ação impensada, mas explicitar a ação automática, dar-lhe atenção, colocá-la em palavras, justamente para repensá-la e transformá-la numa ação melhor, numa resposta melhor diante do novo desafio. Neste sentido é que aprender não é um ato que se conclui, mas algo permanentemente renovado, cíclico, da reflexão ao automatismo; e deste àquela, mantendo um diálogo constante com as situações concretas que nos desafiam.

Conforme definimos “decisão”, ela é um ato que só ocorre no momento da reflexão, da problematização da ação, e não na etapa de automatização - quando a ação simplesmente repete um programa de critérios previamente refletidos. A decisão, pois, só existe quando o sujeito interage conscientemente com a realidade que lhe impõe o desafio e lhe exige uma ação para a qual não há programa prévio. Por outro lado, quanto menos este desafio demanda interação consciente, mais o sujeito responde a ele de forma inconsciente, repetindo padrões de ação sem decisão.

2 Competência para decidir

A capacidade para decidir, segundo esse conceito, pressupõe uma capacidade de interagir conscientemente com a realidade, de manter um diálogo vivo com o mundo real. Deve-se reconhecer que nossa tendência espontânea ao automatismo é vital para nossa adaptação e sobrevivência, pois seríamos incapazes de lidar reflexivamente com todos os desafios que a vida nos coloca. No entanto, o predomínio extenso deste tipo de comportamento acaba por nos tornar incapazes de manter aquele diálogo. Contra essa possibilidade, para a qual somos levados se não opusermos resistência, faz-se necessária uma atitude crítica e vigilante, condição indispensável para sermos capazes de decidir. Essa atitude compõe a competência para decidir, em conjunto com os conhecimentos da situação sobre a qual se decide e das habilidades adquiridas pela experiência de decidir.

Quando o sujeito se entrega sem resistência a essa tendência, ele caminha progressivamente para um momento crítico no qual seus padrões de resposta estarão desadaptados à realidade em contínua transformação. Não é exagero afirmar que a loucura é um caso extremo desse momento, pois ela é, por definição, o rompimento do contato com a realidade, ou a incapacidade de criticar suas percepções e pensamentos diante desta realidade. Desde os transtornos mentais mais simples até os mais complexos, é a comunicação com a realidade que se encontra conturbada. Nos casos menos graves, o sujeito tem um padrão de resposta que não consegue modificar, apesar de reconhecer que este padrão já não lhe serve ou perdeu o sentido no contexto real. Ele sofre por não ter o domínio sobre suas respostas, que permanecem como um corpo estranho na sua vida. Nos mais graves, o rompimento é mais amplo, incluindo vários campos da vida; além disso, há a produção de percepções e pensamentos desconectados da realidade. Nas pessoas consideradas “normais”, a incapacidade de nova aprendizagem é mais restrita e não causa sofrimento significativo nem a sensação de “corpo estranho”, mas também ocorre. A diferença é de grau, mas pode gerar prejuízo na qualidade das decisões tomadas e, conseqüentemente, na qualidade de vida.

Portanto, todos nós estamos sujeitos a um prejuízo nesta comunicação, com resultados negativos para nossa competência de decidir, e o antídoto para esta tendência é a atitude crítica e vigilante que resiste ao predomínio do automatismo.

3 Realidade e incerteza

A certeza não é, necessariamente, sinal de maturidade ou de equilíbrio, pois pode estar relacionada a um apego a padrões cristalizados. Uma certa dose de insegurança

diante dos novos desafios é sinal de que a comunicação com a realidade está aberta. A crença arraigada de que já domina esta realidade, de que já se apropriou dela com seus conhecimentos e métodos aprendidos, sugere prejuízo nesta comunicação. Por isso, uma forma de cultivarmos a atitude crítica e vigilante, que mantém abertos estes canais de diálogo, é desafiarmos nossas certezas.

Não estamos nos referindo, portanto, à realidade como algo dado, óbvio à nossa percepção e ao nosso pensamento, mas como algo que desafia esta percepção e este pensamento, rompendo suas certezas ingênuas. Justamente quando há a dúvida, a incerteza, o desafio, é que estamos nos deparando com um real além de nossas concepções prévias. É nesse ponto que estamos criando uma abertura de comunicação. Quando não nos surpreendemos mais, é provável que já não sejamos capazes de estabelecer este contato desafiador.

Quando agimos apelando para padrões cristalizados, tudo que a situação nos apresenta é tomado como óbvio, como dado, e não como questão. A percepção e o pensamento ocorrem sem consciência, sem reflexão. A crença subjacente a uma situação como essa é de que estamos tendo um contato direto com a realidade e sabemos exatamente o que fazer. Por outro lado, quando uma situação nos impõe a necessidade de refletir antes de agir é que nos damos conta de que não temos em mãos a realidade completa, não temos certeza. Paradoxalmente, é neste momento que abrimos nossos padrões para o novo e efetivamente nos comunicamos com esta realidade complexa, não sujeita a nossas crenças. Damos-nos conta, então, de que nossos meios principais de diálogo com a realidade, a percepção e o pensamento - aos quais recorreremos para a conhecermos tanto quanto possível e fundamentar nossa decisão - são limitados, pois não nos fornecem todas as informações necessárias para termos a almejada segurança.

A consciência desta limitação é um dos aspectos essenciais da atitude crítica, capaz de manter o diálogo com a realidade. Nada nos impede, porém, de recorrermos diariamente à ilusão das certezas, ao conhecimento seguro da realidade; e, ao mesmo tempo, de ter consciência de que isso é um recurso de sobrevivência, e não a própria verdade. Esta é a garantia de poder usar a porta da ilusão, mas mantê-la destrancada, pronta a se abrir diante do novo. O desenvolvimento desta consciência pode começar com algumas experiências muito simples sobre nossa percepção e nosso pensamento.

4 Percepção

Observe a figura abaixo e descreva o que está vendo:

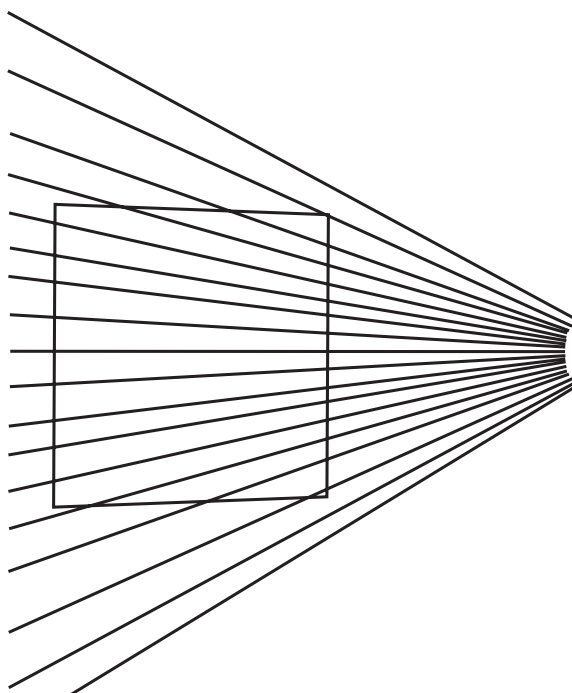


Figura 1: Quadrado (ATKINSON et al., 2002)

A descrição mais óbvia é a de um quadrado com várias linhas transversais. Se o leitor utilizar uma régua, porém, notará que os lados não são iguais. Concluirá que cometeu um erro e dirá: parece um quadrado, mas efetivamente não é. Contudo, proponho levar esta reflexão adiante e apresentar uma outra questão: por que confiamos mais na régua do que na nossa visão? Ora, dirá o leitor, porque a régua é um instrumento muito mais preciso do que o olho humano, quando se trata de medições. Mas, na realidade, também utilizamos a percepção visual para fazer uma medição com a régua. É a percepção da régua, comparada com a percepção do quadrado, que nos faz concluir a respeito das dimensões da figura. Então aquela pergunta se desdobra nesta: por que a percepção da régua tem mais valor que a outra? Rigorosamente falando, temos aqui

duas percepções diferentes sobre o mesmo fato, visto de formas e ângulos diferentes, com instrumentos diferentes, com métodos diferentes. Se damos mais valor a uma que a outra é porque temos mais confiança num método que no outro, um sentimento subjetivo provavelmente calcado em toda uma cultura científica da civilização ocidental. De qualquer forma, não podemos afirmar que um seja verdadeiro e o outro falso: apenas um nos parece mais eficaz e confiável do que o outro.

Observe uma segunda figura e conclua, somente com a percepção visual, qual dos círculos centrais é maior:

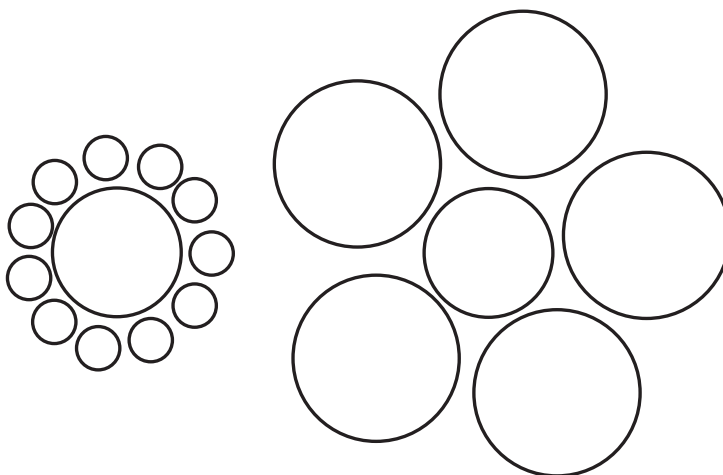


Figura 2: Círculos (ATKINSON et al., 2002)

A resposta, sem qualquer dúvida, é que o círculo central à esquerda é maior que o da direita. Se, porém, alternativamente utilizarmos o método da régua, constataremos que ambos têm as mesmas dimensões. O mesmo problema aparece neste caso. Temos uma tendência quase irresistível a valorizar mais a régua que nossa visão e concluir que tivemos uma ilusão de ótica. Apesar desta conclusão, a evidência perceptiva continua sendo muito forte. Certamente teríamos muitas dificuldades para convencer alguém de que os dois círculos são iguais, se ele não conhecesse instrumentos de precisão.

O que essas duas experiências corriqueiras de “ilusão de ótica” nos ensinam é que nossa percepção do mundo ao nosso redor não é um retrato da realidade. Existe um processamento cognitivo das informações que nos chegam, uma transformação desta informação original, e é o produto desta transformação que nos aparece como “visão”.

O olhar não é uma janela aberta para o real, ele é ativo, ele atua sobre esse real: é o olhar de um sujeito interessado nesse real, e não de um observador neutro.

Os teóricos da Psicologia da Gestalt, uma escola tradicional que pesquisou exaustivamente a percepção, demonstram que há leis dinâmicas que transformam nossa percepção de acordo com a totalidade dos estímulos presentes. No caso do quadrado, as linhas transversais interagem com o quadrilátero e criam uma perspectiva, de forma que a figura parece inclinada e que a diferença entre os lados não seja percebida, tornando-se irrelevante para avaliar a natureza da imagem. O exemplo dos círculos demonstra que a percepção de tamanho é relativa ao contexto, e que o contraste é muito mais relevante para a percepção que o tamanho métrico. Esses fenômenos perceptivos são funcionais, quer dizer, existem porque colaboram há milênios na adaptação do organismo ao meio, embora sejam considerados “distorções” quando tomamos como parâmetro a métrica científica ocidental do século XX.

Quando, na maioria das situações de vida pelas quais passamos, tomamos como verdadeiras nossas percepções, estamos recorrendo a esses padrões milenares. Somos dotados de um realismo ingênuo necessário à vida. Contudo, não podemos esquecer que aqueles padrões não correspondem à verdade, não são retratos da realidade, e precisam ser questionados diante de situações que nos exigem reflexão e decisão.

A figura a seguir nos remete a outro tipo de problematização da percepção. Tente responder qual a idade desta mulher:



Figura 3: A idade da mulher (ATKINSON et. al., 2002)

A resposta mais comum é algo em torno de 30 anos. Pode-se dizer ainda que a moça está bem vestida, usa colar, um lenço e um penacho. Mostra feições finas, mas ela não olha diretamente para nós, mantendo o rosto ligeiramente voltado para trás. Todavia, outras pessoas vêem uma senhora de 70 anos ou mais, com nariz sinuoso, queixo grande, olhar triste, com o rosto revelando claramente seu perfil, embora use o mesmo lenço e penacho da moça. O impressionante nesta figura é que estas duas percepções se fundamentam no mesmo conjunto de estímulos e são irreconciliáveis. Se o leitor só consegue ver a moça ou a senhora, não se preocupe, pois é comum nos cristalizarmos em apenas uma das possibilidades. Continue tentando: cedo ou tarde, surgirá a segunda figura, a princípio oculta.

Essa experiência mostra que as percepções são organizadas em torno de um significado, sustentado pela linguagem, e que esta organização pode variar conforme a disposição subjetiva de quem percebe. O leitor que conseguiu ver as duas imagens na figura anterior pode notar que ele mesmo é capaz de variar a forma de organização dos estímulos, voluntariamente; e que conforme muda, o significado que orienta a configuração adotada também muda, ora para “moça”, ora para “senhora”. É notório que a realidade percebida assume um aspecto plástico, modelável, indissociável do sujeito que percebe. A figura é ambígua, pois sua estrutura não está fechada num único significado: cada um deles é uma perspectiva diferente sobre uma mesma realidade.

Pode-se generalizar o caso e imaginar dois grupos de pessoas, duas comunidades, cada uma delas considerando um daqueles significados como verdadeiro e o outro, falso. Imaginemos que as crianças destas comunidades crescem aprendendo a verdade sobre a tal figura, que são punidas, se discordam, e recompensadas se ajudam a corroborar a percepção dominante. Os pontos de vista são irreconciliáveis. As duas comunidades podem guerrear diante da certeza de que possuem a verdade e de que os outros erram perigosamente, alimentando uma mentira. Tudo se baseia no pressuposto de que, diante da realidade, somente um entendimento, um significado pode ser admitido como verdadeiro, relegando todos os demais ao erro. Poderíamos chegar neste lugar e mostrar a todos onde se enganam, pois é evidente que, embora sejam contraditórias, nenhuma dessas idéias é mais verdadeira que a outra. A figura admite os dois significados, ela é uma estrutura polissêmica. É provável que nenhum dos integrantes dessas duas comunidades aceitem esta nova concepção e continuem a sua guerra. Sairíamos desolados, ou seríamos presos e condenados por pregar algo tão absurdo.

O leitor percebe aonde queremos chegar. Assim como esta figura, quantos aspectos da realidade que tomamos como verdade não passam de uma perspectiva restrita, limitada, que admite muitas outras possibilidades de entendimento?

Não poderíamos admitir que a realidade é uma estrutura aberta a múltiplos significados, que, mesmo contraditórios, são igualmente legítimos? A consciência da nossa limitação na apreensão da realidade não nos daria uma renovada capacidade de entendimento das diferenças? Não estaríamos, então, muito mais aptos para abrir horizontes e possibilidades? Nisto consiste precisamente a manutenção do diálogo com a realidade que nos prepara para decisões de boa qualidade.

5 Realidade como estrutura aberta

Esta concepção da realidade encontra apoio em alguns importantes pensadores. Edmund Husserl (s/d), na busca de uma evidência absolutamente inquestionável, ao seguir caminho semelhante ao de Descartes, mostrou que, rigorosamente falando, a única evidência indubitável que temos é aquilo que nos aparece. Se este fenômeno corresponde ou não a algo efetivamente existente, já não podemos afirmar com segurança. Então, se suspendermos temporariamente esta nossa exigência de existência e ficarmos com os próprios fenômenos, estaremos diante da base inquestionável de todo o conhecimento humano. A pergunta que Husserl se fez foi a seguinte: como, se só temos os fenômenos como pontos de partida, chegamos a perceber o mundo como algo objetivo, independente de nossa consciência sobre ele? Se só temos certeza daquilo que nos aparece, e se isto é inseparável da própria consciência humana, o que nos faz crer de forma tão espontânea e poderosa numa realidade objetiva?

Para alcançar a dimensão dessas perguntas, proponho ao leitor um exercício. Observe a revista que tem em mãos. Perceba que é difícil duvidar que ela existe de fato; que, se você deixá-la sobre a mesa e sair, ela continuará lá, ainda que você não a esteja vendo. Acredita-se espontaneamente na existência objetiva da revista. Contudo, qual é a evidência direta que tem deste fato? “Ora, eu posso vê-la, e isso não basta?”. Mas o que você vê? Note que sua visão lhe dá sempre uma perspectiva da revista, pois é impossível vê-la toda de uma só vez. Se quiser olhar a parte de trás, oculta neste momento, terá de virar a publicação e deixar oculta a parte da frente, e assim a cada vez. O mesmo se aplica ao tato. Então, a revista propriamente dita, o objeto real e existente, não se dá como uma evidência à sua visão e ao seu tato. A visão e o tato revelam, sucessivamente, diversas perspectivas, infinitas até, todas variando em torno de algo sugerido por elas, que elas apontam como uma realidade a qual atribuímos o significado “revista”. Este significado integra aquele conjunto de perspectivas e lhes confere um sentido, mas o objeto mesmo não lhe aparece. Então, porque aceitamos tão prontamente que ele de fato existe? Eis a pergunta do filósofo.

Husserl defendeu a idéia de que nosso senso de objetividade se apóia no fato de que aquele significado integrador é compartilhado por várias subjetividades. Se o significado “revista” fosse algo concebido apenas pelo leitor e se ninguém mais compreendesse o que quer dizer, não haveria o senso de objetividade a ele atribuído. As percepções por ele integradas, por sua vez, não lhe apareceriam como algo “real”. Corroborando esta tese, pesquisas com seres humanos em completo isolamento mostram que ele tende a alucinar. O filme *O Náufrago* mostra como o personagem, na medida em que persiste o seu isolamento, perde a noção de realidade. Logo, o que chamamos de objetivo é o intersubjetivo, o compartilhado, a rede de significados, sustentada pela linguagem, que constitui nossa realidade social.

Esta incursão pela Filosofia mostra que a realidade pode, sim, ser considerada uma estrutura aberta, cujos significados podem variar conforme a ordenamos, conforme a rede de significados sociais a configura, uma vez que ela não se dá de forma plena e unívoca a nenhum de nós. Isto não significa, porém, a adoção de uma posição arbitrária diante da verdade. O fato de a realidade permitir múltiplas possibilidades de significação não quer dizer que ela admite qualquer coisa, ao sabor de quem a concebe. Não temos a liberdade de construir a verdade que quisermos, em função de nossos interesses. Há com a realidade um diálogo aberto, no qual interagimos na construção de um entendimento, de forma coletiva, e devemos estar prontos para revê-lo a todo momento. A existência da realidade e de uma verdade é demonstrada pelo fato de que ela não se submete a nossa subjetividade, mas a desafia, resiste a uma apropriação definitiva e exclusiva.

A figura a seguir ilustra bem o conceito de realidade como estrutura aberta:



Figura 4: Estrutura aberta (LANNERS, 1982)

O que se vê? As respostas variam muito. Só para dar alguns exemplos, eis uma lista de possibilidades já citadas pelas diversas pessoas que se defrontaram com esta imagem: uma fotografia de satélite, uma ultra-sonografia, uma tartaruga, um super herói de capa, uma mulher deitada, um monstro. A lista, porém, não se esgota, pois as possibilidades de ordenação e significação são infinitas. Ela pode ser considerada no seu todo, em partes ou nos seus pequenos detalhes para sugerir este ou aquele objeto, como na brincadeira de ver figuras nas nuvens do céu. Se, de antemão, concordamos que não há uma resposta mais correta que outra, a criatividade ganha campo. Quando sugerimos que a realidade seja uma estrutura aberta, imaginamos algo semelhante a este tipo de figura: infinitas possibilidades de entendimento, mas não qualquer possibilidade; nenhuma delas mais verdadeira que a outra.

O exemplo desta figura nos permite ir um pouco além. Há uma possibilidade de entendimento daquela figura que, uma vez percebida, torna-se mais forte que as demais e tende a dominá-las, rompendo a criatividade. Se dissermos que se trata de uma vaca, de lado, com o focinho virado para quem olha a figura, a princípio o leitor ficará surpreso, mas se identificar o animal, será tomado de uma “certeza”. Depois desta descoberta, será difícil ver outras coisas. Para ajudá-lo a perceber a vaca, considere as partes mais claras da imagem como seu corpo, e as mais escuras como o fundo sobre o qual este corpo se destaca. Apenas algumas sombras e as orelhas do animal, em sua cabeça, são mais escurecidas. Percebeu?

A intensidade com que passamos a defender que, na verdade, trata-se da imagem de uma vaca - e que as demais possibilidades são interpretações equivocadas - é análoga à certeza com que defendemos a visão de mundo compartilhada por nossa comunidade e julgamos errada a de outras comunidades. A socialização a qual somos submetidos, desde que nos inserimos no âmbito social, é um processo educativo no qual aquela visão de mundo é transmitida, transformando ricas possibilidades em uma verdade. Assim como pudemos ensinar o leitor a “ver a vaca”, aprendemos a ver o que nossa sociedade considera óbvio.

A concepção social de Cornelius Castoriadis (1986) confirma a idéia de uma realidade que não se submete a um único significado. Embora o mundo real tenha limitações, forneça continentes ao nosso entendimento, ele não o submete. Por esta razão, cada sociedade, na sua própria história, ou comparada a outras contemporâneas a ela, varia no entendimento próprio sobre o que é real, verdadeiro e legítimo, e tal entendimento não é redutível a uma racionalidade lógica:

[...] cada sociedade define e elabora uma imagem do mundo natural, do universo onde vive, tentando cada vez fazer um conjunto significativo, no qual certamente devem encontrar lugar os objetos e seres naturais que importam para a vida da coletividade, mas também esta própria coletividade, e finalmente uma certa 'ordem do mundo'. Esta imagem, esta visão mais ou menos estruturada do conjunto da experiência humana disponível, utiliza as nervuras racionais do dado, mas as dispõe segundo significações e as subordina a significações que como tais não dependem do racional [...]

(CASTORIADIS, 1986, p. 179).

A concepção da realidade como estrutura aberta é um dos elementos constitutivos da atitude crítica que nos mantém conscientes dos nossos limites e abertos ao diálogo.

6 Percepção e Decisão

Em que esta consciência e esta atitude contribuem para melhores tomadas de decisão? Diante de uma situação que exige decisão, recorre-se à percepção e ao pensamento para se conhecer o máximo possível esta situação e fundamentar a escolha. Quanto mais absorvidos pela certeza de que aquilo que percebemos corresponde à versão correta da situação, menos exploraremos as outras possibilidades ali presentes e mais apoiaremos nossa decisão nesta versão, sem questioná-la. Por outro lado, se temos uma concepção da realidade como estrutura aberta e tomamos uma atitude cautelosa em relação ao nosso entendimento, seremos mais capazes de vislumbrar outras possibilidades, e quanto mais ampla for nossa capacidade, mais perspectivas teremos daquela situação e maior será a qualidade da decisão tomada.

A retórica, tal como retomada por Perelman (2002), pressupõe de certa forma uma concepção de realidade como estrutura aberta. Nesse método, cria-se um cenário no qual as diferentes versões da verdade são apresentadas diante de um auditório, e é o grau de convencimento provocado pelos diferentes discursos que leva à decisão sobre qual versão será considerada a mais legítima. Até este momento, todas as possibilidades têm a mesma chance e o mesmo poder para se afirmar diante do auditório. A pluralidade de visões é que garante que a melhor delas, do ponto de vista coletivo, representado pelo auditório, será a escolhida. A vitória de uma versão sobre a outra não significa que ela seja mais verdadeira, mas sim que ela representa a melhor opção em determinada situação.

Perelman (op. cit.) defende a idéia de que este modelo da retórica é o que melhor se adapta à decisão jurídica. Os juízes decidem a partir das diferentes versões a respeito do conflito, conforme os representantes das partes, as testemunhas e as provas apresentadas.

Eles não têm acesso ao conflito propriamente dito, mas apenas aos elementos que a ele remetem. Deste ponto de vista, o juiz está no mesmo lugar do sujeito que quer conhecer o objeto diretamente, mas só pode obter deste perspectivas parciais. Quanto mais ricos forem os elementos obtidos, mas apto ele estará para decidir. Dito de outra forma: quanto mais consciente o julgador estiver dos limites da sua percepção a respeito da realidade, a ele colocada e que lhe impõe uma decisão em tempo hábil, maior será a qualidade da sua decisão; quanto mais ele se render a algumas certezas confortadoras e à ilusão de que conhece a situação real, menor será esta qualidade.

7 Racionalidade

Consciente dos limites da percepção, não deveríamos recorrer à razão como a fonte mais segura de conhecimento para tomada de decisões? Este foi, com efeito, o caminho seguido por Descartes. Sua “dúvida metódica” consistia em desconsiderar, para fins de construção de um conhecimento seguro da realidade, tudo sobre o qual fosse possível duvidar da veracidade; e seu ponto de partida foi justamente eliminar a percepção, dada suas claras limitações e ilusões:

Havia bastante tempo observara que, no que concerne aos costumes, é às vezes preciso seguir opiniões, que sabemos serem muito duvidosas, como se não admitissem dúvidas, conforme já foi dito acima; porém, por desejar então dedicar-me apenas à pesquisa da verdade, achei que deveria agir exatamente ao contrário, e rejeitar como totalmente falso tudo aquilo em que pudesse supor a menor dúvida, com o intuito de ver se, depois disso, não restaria algo em meu crédito que fosse completamente incontestável. Ao considerar que os nossos sentidos às vezes nos enganam, quis presumir que não exista nada que fosse tal como eles nos fazem imaginar. (DESCARTES, 1999, p. 61).

A única coisa da qual Descartes não podia duvidar era o fato de que ele era capaz de formular dúvidas, ou seja, pensar. Até para duvidar do pensamento, era necessário pensar. Daí a sua máxima: “Penso, logo existo”. Com esta premissa considerada como a verdade primeira, ele iniciou um exercício de dedução lógica, extraindo outras assertivas.

A crítica que Husserl fez a Descartes, quando se aventurou pela mesma trilha na busca de uma verdade originária que estivesse na base de todo o conhecimento, é que Descartes nunca foi capaz de duvidar da própria lógica. Sua filosofia apresenta o formato de uma geometria, com seus axiomas e deduções. A crença, pois, neste modelo

lógico-dedutivo era um pressuposto não refletido e que, para sermos fiéis ao propósito de Descartes na busca da verdade, deveria, de antemão, ser questionado:

Parecia natural a Descartes que a ciência universal devesse ter a forma de um sistema dedutivo, sistema pelo qual todo o edifício repousaria *ordine* geométrico sobre um fundamento axiomático servindo de base absoluta à dedução. O axioma da certeza absoluta do eu e dos seus princípios axiomáticos inatos desempenha em Descartes, em relação à ciência universal, um papel análogo àquele desempenhado pelos axiomas geométricos em geometria. Mas o fundamento é ainda mais profundo aqui do que em geometria e é solicitado para constituir o último fundamento da própria ciência geométrica. (HUSSERL, s/d, p. 18).

Husserl admite que “[...] o sujeito que medita retém apenas a si mesmo enquanto *ego* puro das suas *cogitaciones*, como existindo indubitavelmente e não podendo ser suprimido mesmo que este mundo não exista” (s/d, p. 12).

Mas isso não o leva a concluir que este resíduo -a consciência e tudo que nela se manifesta, existindo ou não - seja, a princípio, a própria razão. A lógica, assim como qualquer ciência, tem neste resíduo seu ponto de partida. O surgimento da lógica e da racionalidade é, pois, uma questão, assim como a existência do mundo objetivo também é. A natureza racional da consciência e dos fenômenos por ela vividos não é uma evidência.

Uma reflexão preliminar da experiência de decidir mostra que não somos, por natureza, seres lógicos. Consideremos as decisões vitais da maioria de nós: escolher uma carreira, casar-se, ter filhos, ou as mais triviais, como sair num dia de chuva para apostar em um jogo. Tomemos como exemplo a escolha de casar. Algum casal leva em consideração as estatísticas de divórcios ou faz testes de personalidade para analisar a probabilidade de sucesso? Se isto fosse feito, certamente o número de casamentos seria bem menor. Não se pode tomar uma decisão como essa e querer analisá-la apenas como uma ação racional. A emoção, os valores, as crenças, os costumes desempenham um papel tão intenso quanto as ponderações racionais de sucesso e fracasso. Quantos filhos teríamos se fizéssemos, a cada vez, uma previsão orçamentária do custo envolvido em todo o processo de desenvolvimento desde o nascimento, e de nossa capacidade de sustentá-lo? É claro que esta também é uma decisão fortemente emocional. Quando resolvemos sair em um dia de chuva, não levamos em consideração a probabilidade de sermos atingidos por um raio, que é muito maior do que a de ganharmos numa loteria de números. Mas saímos, com chuva, para apostar na casa lotérica da esquina. Não é racional.

Pense em uma decisão importante que já tomou em sua vida e responda:

- 1) Quais eram as opções disponíveis?;
- 2) Qual foi a sua escolha?;
- 3) Como você a justifica?;
- 4) As emoções desempenharam algum papel? É possível reduzir sua decisão a um silogismo lógico, com premissas e conclusões?

A lógica é uma ciência que abstraiu do pensamento humano regras de relação e validação, mas que, para isso, se afastou da realidade: por conseguinte, é instrumento necessário, mas não suficiente para decidir. Em nosso dia-a-dia, adotamos estratégias de decisão que não podem ser reduzidas à correção dos raciocínios. O problema da lógica das decisões, ou da ação, conhecida na filosofia como “razão prática”, não foi solucionado porque há um abismo entre a razão pura e a razão prática, de forma que da primeira não se deduz a segunda.

8 Experimento

O conjunto de especialidades conhecido como “ciências cognitivas”, que estudam o pensamento e a consciência humana, é o ramo da ciência que tomou o problema da racionalidade humana para si. Um experimento importante nesta área foi o seguinte: com dois grupos de voluntários, apresentou-se os dois problemas a seguir e mediu-se o percentual de acerto dos grupos. Como, do ponto de vista lógico, os dois problemas são equivalentes, esperava-se que, se a razão preponderasse na solução, e as demais variáveis, como a inteligência, estivessem controladas, o percentual de acerto dos dois grupos fosse semelhante.

A base do problema consistia em testar uma afirmação para verificar se era falsa ou verdadeira. A afirmação era a respeito da relação entre os dois lados, frente e verso, de um conjunto de quatro cartas. Diante das quatro cartas, o sujeito devia escolher apenas duas para verificar o verso. Qual das cartas devia ser escolhida para testar a falsidade ou veracidade da afirmação? Para cada grupo, foram apresentados conteúdos diferentes nas cartas, mas a relação lógica era a mesma. Tente solucionar os dois problemas:

Grupo 1: “Todas as cartas com uma vogal de um lado tem um número par do outro lado”

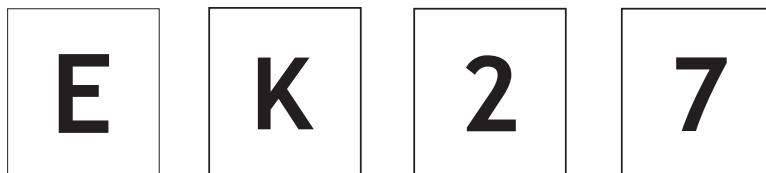


Figura 5: Cartas do Grupo 1 (GARDNER, 1995)

Agora, escolha apenas duas daquelas cartas para verificar o verso. Quais cartas devem ser escolhidas para decidir se a afirmação é falsa ou verdadeira?

Grupo 2: “Se uma pessoa está bebendo cerveja, ela deve ter mais de 18 anos”

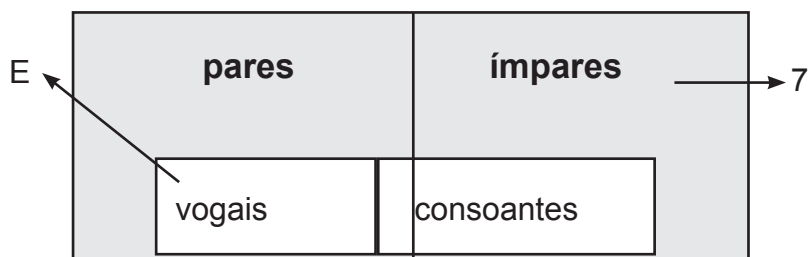


Figura 6: Cartas do Grupo 2 (ibid.)

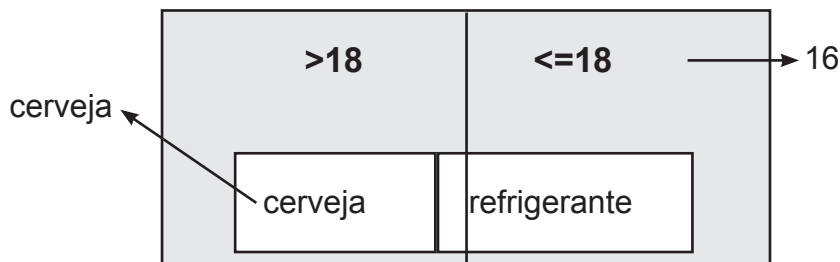
Da mesma forma, escolha apenas duas destas cartas para verificar o verso. Quais cartas devem ser escolhidas para decidir se a afirmação é falsa ou verdadeira?

Vamos apresentar a solução dos dois problemas. O esquema a seguir mostra a relação entre as quatro variáveis que a afirmação coloca em jogo. Quando se diz que todas as cartas com vogais têm um número par do outro lado, pode-se representar o conjunto de todas as vogais como contidos no conjunto de todos os pares. Isso já deixa evidente que, por outro lado, nem todas as cartas com número par possuem vogais no seu verso. Sobre isso, a afirmação nada diz. O conjunto de cartas com números ímpares deve ser colocado ao lado do conjunto de número pares, pois não há interseção entre eles. Portanto, não pode haver nenhuma carta com número ímpar de um lado e uma vogal do outro. O verso de uma carta ímpar tem de conter uma consoante, pois as vogais estão contidas no conjunto dos pares. Por fim, as consoantes podem estar no verso das pares ou das ímpares. Sobre isso a afirmação também não faz nenhuma restrição.

Com estas relações estabelecidas e claramente representadas na figura, pode-se perceber que de nada adiantaria escolhermos uma carta com um número par, pois ela não serviria para testar a afirmação. No verso da carta par, pode haver uma vogal ou uma consoante, sem colocar em questão a afirmação. Mas se escolho uma carta com uma vogal no verso, necessariamente tem de existir um número par; caso contrário, a afirmação estaria errada. Devo, pois escolher uma carta com uma vogal, que, no caso do exercício proposto é a que contém a letra “E”. Seguindo um raciocínio semelhante, seria inútil escolher uma carta com uma consoante, pois no seu verso posso encontrar números pares ou ímpares, sem que isso negue a afirmação. Porém, se escolho um número ímpar, tenho de achar uma consoante do outro lado, caso a afirmação seja verdadeira. Devo, portanto, escolher a carta com o número “7”, e não a que contém a letra “K”. A resposta certa é “E e 7”.



O problema apresentado para o segundo grupo tem uma solução muito semelhante. Ao afirmar que todos que bebem cerveja têm mais de 18 anos, estou incluindo o conjunto “cerveja” como subconjunto de todos com mais de 18 anos. A afirmação nada diz sobre o fato de algumas pessoas com mais de 18 anos escolherem beber refrigerante. As pessoas com 18 anos ou menos formam um conjunto sem interseções com as que são maiores de 18. E o conjunto de refrigerantes faz parte tanto de um quanto de outro. Conclui-se que os que têm 18 anos ou menos necessariamente estarão bebendo refrigerante, pois os que bebem cerveja estão todos no conjunto de maiores de 18. A seguir, a representação destas relações:



A solução é escolher a carta que contém a palavra “cerveja” e a que tem o número menor ou igual a 18 - no caso, 16. Se eu escolhesse o número 22, no verso poderia achar cerveja ou refrigerante, sem que isso negasse a afirmação. Se escolhesse refrigerante, poderia achar um número qualquer, sem que isso afetasse a assertiva.

Se as pessoas resolvessem os problemas se utilizando, essencialmente, do seu raciocínio lógico, o resultado deveria ser semelhante nos dois grupos. Contudo, quando esses dois problemas foram apresentados a dois grupos experimentais separados, o percentual de acertos do primeiro problema foi significativamente menor do que o do segundo: em torno de 80% dos que tentaram resolver o primeiro problema erraram, e muitos optaram pela resposta “E e 2”. Por outro lado, dos que tentaram resolver o segundo problema, o percentual de acertos foi inverso. Portanto, se o mesmo ocorreu com o leitor, era o esperado.

A questão para a qual devemos dedicar nossa atenção é por qual razão o primeiro problema é mais difícil que o segundo, uma vez que do ponto de vista lógico eles são iguais. O próprio leitor, mesmo que tenha acertado as respostas, contra a maioria, deve ter percebido maior dificuldade no primeiro caso que no segundo e pode ter tido a tentação de escolher “E e 2”. Mas por quê? Os pesquisadores também tentaram esclarecer este ponto, entrevistando as pessoas que participaram do experimento. Muitos dos que escolheram a resposta “E e 2” no primeiro problema disseram que o fato de a afirmação conter as palavras “vogal” e “par” (“todas as cartas com uma *vogal* de um lado têm um número *par* do outro lado”) os induziu a escolher esta resposta! Não é difícil notar que o primeiro problema lida com elementos mais abstratos, cujas relações são arbitrárias, enquanto o segundo evoca situações sociais corriqueiras do nosso dia-a-dia, com relações que encontram apoio concreto em nossas normas e valores. Quando lê o primeiro enunciado, o que o sujeito tem de mais concreto para contar é com o próprio enunciado, uma vez que tudo a que ele faz referência (letras e números) não contém significado palpável. Como as próprias palavras do enunciado tiveram uma poderosa influência na solução de muitas pessoas, pode-se dizer que essa referência a um significado palpável na realidade do sujeito pode ser mais poderosa que o raciocínio lógico.

Os pesquisadores concluíram que os seres humanos não são tão racionais quanto imaginam ser e que se utilizam de diversas estratégias de solução de problemas não redutíveis à lógica.

Algumas décadas atrás, antes da invenção do computador e do lançamento da ciência cognitiva, era comum se sustentar que os seres humanos tipicamente formam conceitos do tipo clássico e que eles geralmente raciocinam de modo lógico. Agora a era cognitivista, com suas técnicas computacionais de alta potência, colocou em

questão a visão dos seres humanos como seres que operam de forma precisa [...] Parece que os seres humanos não abordam estas tarefas de uma maneira que possa ser caracterizada como lógica ou racional ou que acarrete um processamento simbólico passo a passo. Pelo contrário, empregam heurísticas², estratégias, vieses, imagens e outras abordagens vagas e aproximadas. (GARDNER, 1995, p. 398-399 e 405).

Esta conclusão, porém, não deve ser entendida apenas no aspecto negativo, ou seja, de que não somos racionais, mas também positivamente: temos estratégias além da lógica para lidar com nossos problemas e, a rigor, é isto que nos torna uma espécie inteligente. O aspecto mais relevante, para os propósitos deste ensaio, é que somos mais lógicos e usamos melhor nosso raciocínio quando nosso pensamento opera num contexto real, com significados e elementos da realidade social; por outro lado, somos tanto piores nisso quanto mais abstratos tivermos de ser.

A reflexão a respeito da racionalidade reforça a concepção filosófica de que a razão prática não pode ser reduzida à razão teórica. Ao analisar a questão, Perelman afirma:

O fato de a conclusão decorrer das premissas, de um modo por assim dizer impessoal, permite elaborar, na área do raciocínio teórico, uma lógica da demonstração puramente formal, e mesmo utilizar, nessa matéria, máquinas de calcular. O raciocínio prático, em contrapartida, por recorrer a técnicas da argumentação, implica um poder de decisão, a liberdade de quem julga. Sua meta é mostrar, conforme o caso, que a decisão não é arbitrária, ilegal, imoral ou inoportuna, mas motivada pelas razões indicadas (PERELMAN, 2002, p. 280).

Quando nos debruçamos sobre um problema prático que nos impõe uma decisão, estamos no universo do raciocínio prático. Neste caso, a lógica ou o raciocínio teórico torna-se um instrumento importante, mas não decisivo. A decisão envolve, inevitavelmente, a liberdade de argumentar e justificar a sua opção. Mesmo quando se trata de um problema sem importância ética, como os exemplos citados, simples desafios, nota-se que nosso raciocínio não é puramente lógico. Quando somos forçados a ser puramente lógicos diante de um problema real com elementos abstratos e arbitrários, falhamos; mas se os elementos estão mergulhados num universo de valores, acertamos, pois a decisão é eminentemente prática.

² “Heurística: conjunto de regras e métodos que visam à descoberta, à invenção ou à resolução de problemas.” (Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa).

9 Pensamento e realidade

O pensamento não é uma ferramenta lógica de alta precisão, mas um processo mergulhado no universo social, que serve à razão prática. Entretanto, assim como a percepção nos ilude com certezas cômodas que temos de desafiar, o pensamento também nos oferece segurança para lidar com a cascata de informações complexas que é o real, cumprindo, desta forma, sua função adaptativa. Essencialmente, o que o pensamento faz é abstrair, de um conjunto de informações semelhantes, uma idéia que as representa, simplificando-as. A imagem que melhor exprime este processo é a de um funil, que canaliza todo o jorrar do real para um pequeno ponto. O conceito ou idéia é um esquema simplificado da estrutura ou do esqueleto daquele conjunto de informações semelhantes. Com um conjunto de idéias formadas, iniciam-se diversas operações de classificação, seriação, agrupamento, que vão constituindo uma trama de esquemas, verdadeiras “teorias” da realidade, formadas espontaneamente por nosso pensamento.

Essa trama não segue padrões lógicos precisos, mas é guiada por diversos aspectos práticos e irracionais da realidade. O problema não é formarmos estes esquemas, nem mesmo o fato de não serem redutíveis à lógica, pois esses dois aspectos do pensamento são vitais para lidarmos com a realidade. A dificuldade surge quando passamos a acreditar que estes esquemas são a própria realidade. Tendemos a isso pela segurança e comodidade que eles representam. Duvidar destes esquemas gera ansiedade e angústia, pois nos coloca frente a frente com a realidade complexa e viva, que vai além de nossa capacidade de apropriação. No entanto, é justamente a atitude de manter viva esta relação com o real, este diálogo, que garante ao nosso pensamento a vivacidade e precisão necessárias. O contato com a realidade torna os nossos esquemas racionais e úteis, e, ao mesmo tempo, desafia-os a novas formas de entendimento.

Ao tratar destas limitações do pensamento, Peter Senge (2002) analisa a concepção de David Bohm sobre a importância do diálogo na manutenção do pensamento eficaz. Ele trata de um diálogo efetivo com a realidade, quando nos submetemos ao entendimento de outros sujeitos como um método para relativizar e ampliar os nossos próprios entendimentos:

O propósito do diálogo, sugere Bohm, “é revelar as incoerências do pensamento”. O pensamento pára de acompanhar a realidade e simplesmente segue em frente, como um programa [...] Somos como atores que esquecem que estão desempenhando um papel. Ficamos presos no teatro dos nossos pensamentos [...] É nesse momento, segundo Bohm, que o pensamento começa a ser “incoerente”. “A realidade pode mudar, mas o teatro continua”.

Operamos no teatro, definindo problemas, tomando ações, “resolvendo problemas”, perdendo contato com a realidade maior a partir da qual o teatro é gerado [...] O diálogo é uma forma de ajudar as pessoas a “verem a natureza representativa e participativa do pensamento” e a “se tornarem mais sensíveis às incoerências de nossos pensamentos, também fazendo com que seja mais seguro reconhecer tais incoerências” [...] O aprendizado coletivo não é só possível como também é vital para a realização dos potenciais da inteligência humana (SENGE, 2002, p. 269-270).

10 Diálogo com a realidade

Vamos analisar um exemplo no qual o pensamento pode interferir na percepção e esta, por sua vez, alimentar o pensamento, formando um ciclo no qual o sujeito se distancia do contato efetivo com a realidade.

Imagine que o leitor acaba de conhecer uma pessoa. Espontaneamente, procuramos analisar os indícios oferecidos por ela para encaixá-la em nossos esquemas de “pessoas”. Que tipo de pessoa é? É confiável? É semelhante a mim? É diferente? Enquanto travamos uma conversa informal, despretensiosa, nosso pensamento vai trabalhando velozmente para classificar aquela pessoa e nos orientar sobre como lidar com ela. Agora imagine que esta pessoa, a cada frase, cutuca o ombro do leitor. O que este indício lhe sugere? Que tipo de pessoa é essa? É isso! Trata-se de um “chato”! Ao classificá-lo desta forma, uma série de propriedades que pertencem a categoria “chato” são atribuídos àquela pessoa. A categoria, idéia ou significado que seu pensamento utilizou para simplificar a pessoa desconhecida e orientá-lo a lidar com ela, por sua vez, vai organizar a percepção da pessoa. Em diante, muito do que ela fizer ou disser será percebido como “coisa de chato” ou “assunto de chato”. A percepção se ordena e torna-se seletiva em torno deste significado. Ao ver a mesma pessoa pela segunda vez, sua percepção já está bastante filtrada, e a classificação tende a se confirmar.

O processo de abstração e de percepção seletiva, juntos, se reforçam e simplificam a realidade. O resultado, no conjunto, permite-nos lidar com a realidade de forma rápida e na maioria das vezes eficaz, mas há um preço: perdemos uma boa parte da riqueza e da vivacidade desta realidade e tendemos a acreditar que nossos esquemas e perspectivas parciais são a própria realidade. Quando se trata de uma situação que nos impõe uma decisão, essa tendência pode se torna uma armadilha. Daí, mais uma vez, a necessidade de uma atitude crítica e vigilante, que desconfia do óbvio e busca novas formas de entendimento e percepção para *refrigerar* o pensamento e a percepção, mantendo-os em contato permanente e renovado com a realidade, sem perder

as vantagens adaptativas da rapidez e agilidade que a simplificação nos oferece. Como? O primeiro passo é ter consciência de que nossa percepção e pensamento, embora sejam instrumentos fundamentais de aproximação da realidade, não são um retrato dela, e que precisam ser constantemente desafiados para manterem-se “afiados”. Este artigo teve o objetivo de levar o leitor a dar o primeiro passo.

É possível conciliar esta atitude com a agilidade que a vida profissional exige? Considere o exemplo de um médico num hospital público. Ele precisa ser ágil e produtivo para atender todos os pacientes que lhe chegam. A demanda é crescente e inesgotável. Os casos são urgentes. Ele precisa recorrer a todo o seu conhecimento e experiência e, é claro, terá de simplificar toda essa realidade que lhe é imposta e lhe exige decisões rápidas e precisas. Além de lidar com os pacientes, terá de se relacionar com a equipe de enfermeiros, com a área administrativa do hospital, com as famílias. Vai recorrer, inevitavelmente, ao processo de abstração para categorizar as doenças, as pessoas, as situações; vai selecionar toda a gama de informações percebidas para focar o que for imprescindível na sua atuação. Contudo, nesse processo de simplificação, abstração e seleção, ele não deve perder de vista que o produto de suas ferramentas de conhecimento e operação sobre o real não se confunde com o próprio real. A diferença entre um médico que não tem essa atitude cuidadosa e consciente de suas limitações e a de outro que tem não se nota na agilidade e produtividade de cada um, mas no seu “olhar” para os pacientes e os grupos com os quais tem que lidar. Ele continua vendo pessoas e não apenas diagnósticos e tratamentos; ele é capaz de rever suas posições, reaprender; ele pode, com um simples olhar e poucas palavras, ser mais compreensivo com a família, sem comprometer o seu tempo. Enfim, ele tem uma consciência sobre suas limitações, sobre a realidade, maior do que aquele que sucumbiu à comodidade das certezas. Esse médico consciente mantém aberto seu diálogo com a realidade, seja com as pessoas propriamente ditas seja com os fatos. E, por isso, será melhor médico, tomará decisões mais acertadas. Um profissional com esta atitude não perde inteiramente a angústia do seu ato profissional, das suas decisões, pois esse é o preço pela consciência da sua finitude, a chave daquele diálogo.

11 O Juiz

Cabe a aplicação destas considerações à atividade profissional do juiz?

Arnaldo ouviu a batida na porta do seu gabinete e se impacientou. Já não havia dito que não fosse incomodado? Vociferou um “sim” irritado, viu a porta entreabrir-se, e da brecha apareceu um fiapo de cabelo amedrontado:

- Dr. Arnaldo, com licença. Aquele advogado está aí novamente. Ele insiste em falar com o senhor. Diz que é urgente, mas não quer nos dizer qual é o problema.

- Muito bem, Amanda, muito bem! Como posso trabalhar com você me interrompendo a todo momento? Mande este impertinente entrar logo de uma vez! Vou colocá-lo no seu lugar!

- Sim, senhor. Perdoe-me, desculpe, mas ele tem sido muito insistente, não diz do que se trata, fiquei com receio e...

- Já entendi. Mande ele entrar e me deixe em paz.

A porta fechou-se e o silêncio voltou. O gabinete era amplo, bem decorado, e o ar era gélido. Arnaldo se postava atrás da mesa, com seu terno impecável, óculos fino, cabelos meticulosamente penteados. Sobre a mesa, seu laptop, lembranças pessoais, um retrato da esposa, e logo à esquerda uma pilha de processos aguardando a sua assinatura. Bem à sua frente, um relatório preparado por Amanda. Depois de ler as primeiras linhas, viu que era mais um caso entre tantos e apressou-se para assinar a minuta de sentença, aprovando-a na íntegra. Distraiu-se um pouco pensando no seu final de semana. Há tantos anos como juiz, e quais eram as perspectivas? Certamente, continuar a ser juiz por mais tantos anos até a aposentadoria. Passou para o próximo relatório. Soltou o ar, impaciente. Outras batidas na porta. Já conformado em ter de falar com o tal advogado, disse um “entre” quase inaudível.

O moço que, após a permissão do magistrado, aproximou-se, era quase um menino. Arnaldo poderia jurar que ainda era um estudante. O terno disfarçava um pouco, mas sua pele era lisa como um lençol de soldado, o cabelo ainda sem os maus tratos de anos de shampoo, meio esvoaçado, com aquele descuido juvenil indisfarçável. O juiz pensou consigo que aquilo já era motivo para irritar-se, pois não pretendia, nem em sonho, perder seu tempo com um estudante, mas seus sentimentos foram espontaneamente de simpatia, para sua surpresa. Contrariado, disse ao jovem que se sentasse e falasse. Ele ia começar, mas Arnaldo voltou-se para os seus papéis. Ele só precisava do ouvido para ouvir. O jovem hesitou e ficou em silêncio. Percebendo que o suposto advogado nada falava, ele olhou para o jovem, já quase no limite do seu autocontrole:

- Como é, rapaz, acha que tenho todo o dia? Fale logo e me deixe em paz!

- Sinto muito por você, Arnaldo, mas não posso falar se não me der atenção. É assim que você recebe as pessoas? É muito triste, realmente. Parece-me que aquela moça, a Amanda, tem verdadeiro pavor de você. Quanto aos outros, não queira saber o que já ouvi a seu respeito! É muito triste tudo isso, realmente.

Arnaldo percebeu que seu queixo estava caído e que uma gota de saliva quase escorria do seu lábio ressecado. Seria possível que aquele menino estivesse ali,

à sua frente, tratando-o por “você” e dizendo seu nome sem nenhum “senhor” ou “doutor” a enfeitá-lo, e, como se não bastasse, fazendo críticas? Talvez fosse um pesadelo... Caso contrário, seria legítimo, realmente, matá-lo ou, melhor, torturá-lo antes, humilhá-lo, colocá-lo no seu lugar, e depois, sim, enterrá-lo. A hipótese do pesadelo pareceu-lhe mais cômoda. Abriu e fechou os olhos com força, esfregou-os, bebeu um gole d’água. Depois, olhou de novo. O rapaz ainda estava ali, e disse:

- Pois é, Arnaldo, sinto-me melhor agora que está me vendo. É uma grande decepção constatar que você se transformou numa máquina de sentenças, sem o mínimo de sensibilidade. Não quero nem saber como você trata a Marina, seu grande amor... Oh! Espero que você não a esteja perdendo... Realmente. Você não me reconhece?

Tomado de uma raiva contida, o rosto pulsando, Arnaldo mal conseguiu pronunciar um “não”. Agora achava que estava diante de um assassino psicopata, e seu medo o paralisava de ódio. Talvez alguém que ele contrariou no passado e que voltava para se vingar? Buscava na memória uma resposta...

- Não vim lhe fazer mal, disse o rapaz. Sossegue. Tenho um recado muito importante para você, do passado. Lembra-se de quando era um estudante?

Subitamente, o juiz arregalou os olhos e seu espanto era tanto que o rosto todo se arregaçou. O menino, sim, agora reconhecia, era idêntico a ele mesmo quando jovem. Sim, realmente, o próprio Arnaldo na época em que ainda estudava! Como seria possível?

- Você... você..., balbuciou sem conseguir terminar.

- Isso, eu sou você, do passado.

- Eu estou louco, meu Deus! Socorro! Amanda!

- Fique quieto! - disse o menino, com autoridade. Se você está louco não vai querer que todos saibam, não é?

- Realmente... - Disse o juiz

- Realmente... - Concordou o rapaz.

Diante da coincidência, Arnaldo até sorriu sem graça. Pois não é que ambos tinham o cacoete de repetir o “realmente” no final das frases? O velho soltou o corpo tenso na cadeira e sentiu-se vencido. Ou estava louco ou sonhando, mas que importava? Iria ver aonde a coisa ia dar... A qualquer momento ia acordar ou voltar a si, pensou. Vendo a expressão desanuviada, o jovem voltou a falar:

- Você não é uma máquina.

Tendo desistido de lutar contra aquilo, Arnaldo resolveu conversar. Disse:

- O que você quer dizer?

- Você caiu na armadilha, deixou-se levar pelas comodidades... Mudou de classe, isola-se nesse gabinete que mais parece uma geladeira, não percebe a realidade que o cerca, só assina sentenças pré-programadas, não tem consideração pelas pessoas, pensa que é o dono da verdade, acha-se melhor que os outros e...

- Espere aí! Você não tem idéia de como sou exigido! Veja essa pilha de processos! Há pressões de todos os lados! Como quer que eu ainda pense como um estudante?
- Você tinha um ideal, uma missão. Você sentou aí para fazer a justiça acontecer e agora está entregue a uma rotina vazia e sem sentido. É muito triste, realmente...
- A rotina nos domina, pouco a pouco. Você ainda não sabe do que estou falando.
- Eu sei que viver sem sonhos não vale a pena. Tem que haver um jeito de resgatar seus ideais e conciliá-los com as exigências da vida profissional.
- Ah, disse o velho, soltando uma gargalhada. Sonhos! Ideais! Como você é juvenil! A vida não é assim...
- Você não está aqui apenas para aplicar a lei, mas para decidir o direito. São coisas diferentes.
- Sei. E como dou conta de tudo isso aqui, hein? Acha que posso ficar aqui sentindo e refletindo antes de decidir?
- Não, acho que não. Você tem que dar conta disso sem perder a si mesmo! Você tem que dar conta disso sem esquecer que “isso” são vidas! Há pessoas e um mundo fora deste seu maldito gabinete perfumado!
- E como vou fazer isso, hein? Diga-me!
- Não sei... Só vim lhe dizer que você está perdendo o essencial, que esta não pode ser a solução. Há coisas muito simples que você pode fazer.
- Diga!
- Por exemplo, você pode olhar para as pessoas quando fala com elas, você pode ir até a sala ao lado e perguntar se eles estão bem, se precisam de algo... Você pode contar com eles para dar conta disso...
- Não posso não.
- Pode! Você não trabalha sozinho nem quando assina uma sentença fechado nesta sala! Você pode inteirar-se da realidade social, manter-se ligado a ela, ainda que tenha condições de vida muito acima da maioria das pessoas.
- Em que isso vai ajudar?
- Ora essa! Volte a respirar, amigo, descongele-se! Falta pouco para você ser confundido com um cadáver! O que você está sentindo agora?
- Como?
- Perguntei o que está sentindo agora!
- Sei lá! Estou confuso, quase louco! Como vou saber o que estou sentindo? O que importa?
- Você também se afastou de si mesmo... Não se percebe, não sabe o que sente, está sendo levado pela vida... Suas decisões são todas automáticas, até as da sua vida... Você precisa voltar!

- O que isto tem a ver com meu trabalho? Ora essa, quem é você para me dizer estas coisas?

- Você sabe quem eu sou. Ainda estou aí, dentro de você, vivo, mas estou agonizando, asfixiado, preciso de ar! Sei que você tem muitas obrigações e esta pilha de processos, mas...

- O quê?

O jovem desviou o olhar... Ficou pensativo, perplexo. Por um momento vacilou e sentiu todo o peso da frustração de uma vida cheia de deveres e que estavam fora do seu controle. Olhou para o velho Arnaldo e chegou a se emocionar. Era ele mesmo fazendo o melhor que podia, mas... o quê? Repetiu a pergunta do velho e ainda não tinha uma resposta. Suspirou e deixou as palavras, carregadas de angústia, voltarem:

- Ainda que a maior parte das suas decisões sejam padronizadas elas se baseiam numa reflexão, na busca de justiça. Ainda que você não tenha que refazer o caminho a cada vez, pode acreditar que é a melhor decisão. Em algum momento, você pensou nela e a considerou realmente... Decidiu que o melhor era preservá-la, repeti-la, em nome da celeridade ou da segurança. Você não pode perder esta consciência... Não é tanto o que você faz, mas como faz. Há uma atitude diferente que resgata o sentido do seu trabalho e da sua vida, ainda que sua mão continue assinando. Você entende?

O velho Arnaldo estava pensativo. Viu o rosto triste do jovem, decepcionado, desiludido, e compreendeu como tudo aconteceu. Quis mesmo consolá-lo. Compadeceu-se:

- Vou pensar nisso, amigo, obrigado... E estendeu a mão.

O outro respondeu o cumprimento. Por alguns segundos olharam-se em silêncio.

O jovem retirou um pedaço de papel amassado do bolso e disse:

- Por favor, fique com isso. São anotações que fiz, que nós fizemos, há algum tempo. Leia depois.

- Está bem.

O juiz guardou-o em silêncio e viu o rapaz se retirar da sala. Ficou ali olhando para a porta que se fechou, quieto...

- Dr. Arnaldo! Dr. Arnaldo! O senhor está me ouvindo?

O velho sobressaltou-se quando deu com o rosto de Amanda na porta entreaberta:

- Sim, Amanda, o que foi?

- O senhor precisa de algo?

- Não... Aquele advogado...

- Ele já se foi. Não vou importuná-lo mais, com licença.

Amanda retirou-se e fechou a porta com cuidado. Arnaldo apalpou o bolso desconfiado. Ainda meio paralisado surpreendeu-se quando encontrou um papel amassado... Leu:

“O que posso fazer para não perder de vista minha missão?”

12 Conclusão

Podemos definir a atitude delineada neste ensaio como um posicionamento subjetivo, crítico e vigilante, que evita o automatismo do pensamento, busca comunicação com a complexidade do real, mantém-se aberto a uma aprendizagem contínua e é receptivo a autocrítica. O primeiro passo é tomar consciência das próprias limitações humanas na apreensão do real, ou, mais amplamente, da finitude humana. Em seguida, podem-se desenvolver algumas práticas até se tornarem hábitos, disciplinas, que *refrigeram* o pensamento e a percepção, e previnem o *congelamento*:

- a) olhe para as pessoas quando falar com elas, dê-lhes atenção. Dialogue com as pessoas envolvidas no seu trabalho, seja as partes em conflito, os representantes legais, as testemunhas, seja sua equipe de trabalho;
- b) todo trabalho é em equipe. Há sempre muitas pessoas que contribuem para que você possa realizar sua tarefa. Reconheça-as e trabalhe mais e melhor;
- c) esteja preparado para as decisões importantes, saiba parar, sentir e refletir sem se deixar levar pela rotina;
- d) é possível manter-se consciente e ser produtivo. Muitas vezes, ir mais devagar resulta em conseguir fazer mais e melhor. Aproveitar bem o tempo não é sinônimo de fazer muitas coisas sem estar presente. Mantenha-se em contato com a realidade social, o contexto dos conflitos;
- e) diante de uma decisão importante, imagine-se diante de um grande auditório: a própria sociedade. Isso trará à tona os valores envolvidos;
- f) as emoções não são um obstáculo a ser ignorado. São recursos imprescindíveis para decidir. Seja capaz de entrar em contato com o próprio corpo, as próprias emoções, e levá-las em consideração nas decisões mais complexas;
- g) você é um ser finito, em constante formação. A aprendizagem é sinônimo de vida. Alimente a busca pela aprendizagem, nunca se considere pronto.

Estes são exemplos de fronteiras entre o sujeito e a realidade, que devem ser mantidas abertas, com circulação contínua. O ar refresca e dá vida ao pensamento e à percepção, mantendo-os mais eficazes para o ato de decidir.

13 Bibliografia

ATKINSON, Rita L. et al. *Introdução à Psicologia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DESCARTES, René. Discurso do método. In: *Descartes, vida e obra*. São Paulo: Nota Cultural, 1999.

GARDNER, Howard *A nova ciência da mente: uma história da revolução cognitiva*. São Paulo: Edusp, 1995.

HUSSERL, Edmund. *Meditações cartesianas: introdução à Fenomenologia*. Porto: Rés, [s.d.].

LANNERS, Edi. *O livro de ouro das ilusões*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1982.

PERELMAN, Chaïm. *Ética e Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SENGE, Peter M. *A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende*. São Paulo: Nova Cultural, 2002.